TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 02.233.034/0001-51

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	**2023**	**2022**
		Reapresentado
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.016.220	2.323.864
Caixa restrito (Nota 4)	216.413	230.370
Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Nota 5)	861.005	844.043
Adiantamentos e despesas antecipadas	34.906	18.693
Impostos a recuperar (Nota 6)	29.343	29.343
	6.157.887	3.446.312
Não circulante		
Mútuo com partes relacionadas (Nota 7)	4.041.153	5.187.062
Cheques de terceiros em poder da Companhia	-	1.049.623
Imobilizado (Nota 8)	5.638.296	6.202.275
	9.679.449	12.438.959
Total do ativo	15.837.336	15.885.272
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
		Reapresentado
Circulante		
Empréstimos (Nota 9)	312.004	707.615
Fornecedores e outras contas a pagar	113.681	44.431
Salários e contribuições a recolher	11.445	15.691
Impostos a recolher	30.262	86.802
Dividendos a pagar	193.911	560.967
Outras contas a pagar	-	4.749
	661.303	1.420.255
Não circulante		
Empréstimos (Nota 9)	-	224.716
	-	224.716
Total do passivo	661.303	1.644.971
Patrimônio líquido (Nota 10)		
Capital social	10.026.687	10.026.687
Reserva de lucros	4.398.900	3.692.931
Reserva legal	750.446	520.683
Total do patrimônio líquido	15.176.033	14.240.301
Total do passivo e patrimônio líquido	15.837.336	15.885.272

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 01 de janeiro 2023 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2023	**2022**
		Reapresentado
Operações continuadas		
Receita de vendas de energia elétrica (Nota 14)	6.467.679	5.943.895
Custos com produção de energia elétrica (Nota 15)	**(1.603.949)**	**(1.457.986)**
Lucro bruto	**4.863.730**	**4.485.909**
Outras Receitas		-
Despesas administrativas	(778.071)	(998.716)
Lucro operacional	4.085.659	3.487.194
Receitas financeiras (Nota 16)	832.588	752.782
Despesas financeiras (Nota 16)	(128.635)	(182.079)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 16)	703.953	570.703
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**4.789.612**	**4.057.897**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	(194.347)	(197.944)
Lucro do exercício das operações continuadas	4.595.265	3.859.953
Lucro líquido do exercício	**4.595.265**	**3.859.953**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
					Reapresentado
Saldos em 01 de janeiro de 2022	10.026.687	327.685	1.281.226	-	11.635.598
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	-	3.859.954	3.859.954
Constituição de reserva legal	-	192.998	3.666.956	(3.859.954)	
Dividendos a distribuir	-	-	(1.255.251)	-	(1.255.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	10.026.687	520.683	3.692.931	-	14.240.301
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.595.265	4.595.265
Constituição de reserva legal	-	229.763	4.365.501	(4.595.265)	-
Dividendos a distribuir	-	-	(3.659.532)	-	(3.659.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.026.687	750.446	4.398.900	-	15.176.033

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 01 de janeiro 2023 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2023	**2022**
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	4.595.265	3.859.953
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação (Nota 8)	613.978	611.702
Juros sobre financiamento BNDES	280.082	716.020
Juros sobre mútuo	(527.091)	(531.150)
	4.962.234	4.656.525
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(16.962)	(726.181)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(16.213)	16.890
Cheques terceiros	1.049.623	269.343
Impostos a compensar	-	6.884
Fornecedores	69.250	(24.806)
Salários e contribuições a recolher	(4.247)	(41.788)
Impostos a recolher	(56.540)	56.753
Dividendos a Pagar	(4.026.586)	(2.397.661)
Outras Contas a Pagar	(4.750)	64
	1.955.810	**1.816.023**
Caixa gerado nas operações		
Juros pagos (Nota 9)	(395.611)	6.518
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.560.199**	**1.822.541**
Aquisição de imobilizado (Nota 8)	(50.000)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**1.510.199**	**1.822.541**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimento de contrato de mútuo	3.240.000	-
Mútuo Concedido	(1.567.000)	-
Juros BNDES	(504.799)	(1.327.180)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	**1.168.201**	**(1.327.180)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.678.400	495.361
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.554.234	2.058.873
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	5.232.634	2.554.234

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objetivo exclusivo a produção independente de energia elétrica, do potencial hidráulico denominado PCH Tudelândia, com 2.400KW de potência instalada, localizada no rio Santíssimo, afluente do rio Grande, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, município de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro, caracterizada como pequena central hidrelétrica nos termos da Resolução ANEEL n° 394, de 04 de dezembro de 1998, cuja autorização foi concedida pela Resolução ANEEL nº 708 de 17 de dezembro de 2002. A Companhia é controlada pela Denge Engenharia e Consultoria Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A concessão possui prazo de vigência de 30 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ou seja, 17 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme condições estabelecidas pela ANEEL, e desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições do contrato de concessão e na legislação do setor. Após o término da vigência dessa concessão, os bens e instalações vinculadas à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União. Em junho de 2004, a Companhia firmou contrato de venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada de início da operação comercial, vigorando o contrato até 18 de janeiro de 2026. Este contrato de compra e venda de energia foi pactuado por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas e Energia Elétrica (PROINFA). Desde o início da operação a Companhia vem celebrando com a Energisa Soluções S/A, renovações contratuais de operação e manutenção de rotina da Casa de Força da PCH – Pequena Central Hidrelétrica sendo a última renovação com vigência até 17/07/2025. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em maio de 2010, porém somente a partir de 1º de junho de 2010 foi registrada a produção e faturada a primeira venda de energia para a Eletrobrás. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia **em 01 de março de 2024**. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os novos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em específico o CPC para Pequenas e Médias Empresas - PME. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos Financeiros:** São quaisquer ativos que sejam dinheiro, instrumento patrimonial de outra entidade, direito **contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra Empresa; ou contrato que será ou** que poderá vir a ser liquidado pelos instrumentos patrimoniais (como ações) da própria Companhia. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. (c) Juros: As receitas dos juros referente ao mútuo com a empresa Denge Engenharia Consultoria Ltda. foram calculadas com base na Taxa de Juros Selic. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.5. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são representados por retenção de IRPJ e CSLL retidos sobre faturamento e aplicações financeiras, os quais serão compensados com impostos devidos administrados pela Receita Federal do Brasil. Os mesmos estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação específica. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Compreende basicamente, o direito de uso da infraestrutura construída ou adquirida pelo Concessionário, como parte do contrato de autorização para geração de energia elétrica. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O saldo do ativo imobilizado relacionado à infraestrutura é depreciado pelo período de autorização, isto é, até 2032, considerando o método que, na avaliação da administração, melhor reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados, que é aquele que coincide com o mecanismo da tarifa da venda de energia. Nesse sentido, a despesa de depreciação é apropriada de forma linear no prazo da autorização (período em que o serviço público é prestado utilizando a infraestrutura). As correspondentes taxas de depreciação utilizadas, assim, são determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura para efeito de determinação da tarifa ou prazo de autorização, dos dois o menor. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.8. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do financiamento são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **2.9. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, isto é, as receitas e despesas são registradas no momento de sua ocorrência. **2.10. Reapresentação das Demonstrações Financeiras do ano 2022:** As demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentadas para refletir os efeitos retroativos dos ajustes realizados para contemplar os lançamentos no montante de R$ 35.287,69 no resultado. Os demais ajustes podem ser assim apresentados: a) Despesas Administrativas: Foram estornados valores: 1. Pró-labore 2022: R$ 29.501,88; 2. Cheques a compensar 2014: R$ 4.685,83; 3. Férias 2022: R$ 1.099,98.

(a) Efeitos da reapresentação: Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Ativo	**Publicado em 2022**	**Ajustes**	**2022 (Reapresentado)**
Circulante	3.446.312	-	15.885.272
Total do Ativo	**3.446.312**	**-**	**15.885.272**

Passivo	**Publicado em 2022**	**Ajustes**	**2022 (Reapresentado)**
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	(44.431)	-	(44.431)
Salários e contribuições a recolher	(46.493)	(30.602)	(15.691)
Impostos a recolher	(86.802)	-	(86.802)
Dividendos a pagar	(560.967)	-	(560.967)
Empréstimo Denge	(5.617)	-	(5.617)
Financiamento BNDES	(701.997)	-	(701.997)
Cheques a compensar	(9.435)	(4.686)	(4.750)
Total do Circulante	**(1.455.544)**	**(35.288)**	**(1.420.256)**
Total Exigível a Longo Prazo	**(224.717)**	**-**	**(224.717)**
Total do Passivo	**(1.680.261)**	**(35.288)**	**(1.644.973)**
Patrimônio liquido			
Capital social	(10.026.687)	-	(10.026.687)
Reserva de Lucros	(3.659.530)	(35.288)	(3.694.818)
Reserva legal	(518.794)	-	(518.794)
Patrimônio liquido	**(14.205.011)**	**(35.288)**	**(14.240.299)**
Total do Passivo	**(15.885.272)**	**-**	**(15.885.272)**

Resultado	**Publicado em 2022**	**Ajustes**	**2022**
Lucro bruto	(4.552.183)	-	(4.552.183)
Despesas administrativas	1.034.064	(35.288)	998.777
Lucro Operacional	**(3.518.119)**	**(35.288)**	**(3.553.406)**
Receitas Financeiras	(686.509)	-	(686.509)
Despesas Financeiras	182.018	-	182.018
Despesas financeiras, líquidas	**504.490**	**-**	**504.490**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(4.022.609)	(35.288)	(4.057.897)
Imposto de renda e contribuição social	197.944	-	197.944
Lucro do exercício das operações continuadas	(3.824.665)	(35.288)	(3.859.953)
Lucro líquido do exercício	**(3.824.665)**	**(35.288)**	**(3.859.953)**

2.11. Custos diretos e indiretos: Os custos diretos e indiretos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. **2.12. Tributação:** O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias em vigor, ou substancialmente promulgado na data do balanço. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro presumido, com apuração trimestral. O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável, conforme legislação em vigor. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a cliente, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". No caso de clientes, a Companhia possui somente um cliente, com o qual possui contrato de longo prazo, conforme determinado pelo órgão regulador. **3.2. Risco de liquidez:** A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **3.3. Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **3.4. Risco ambiental:** As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. **3.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **3.6. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de cliente pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. A Companhia não efetuou contratos ou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos no período coberto por estas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	**2022**
		Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	5.016.220	2.323.864
Caixa restrito (i)	216.413	230.370
	5.232.633	**2.554.234**

(i) Na conta vinculada, está classificado o valor recebido proveniente do faturamento à Eletrobrás. O saldo referente ao pagamento da parcela subsequente do financiamento junto ao BNDES fica retido nesta conta. Os depósitos bancários vinculados referem-se as contas Reserva e Vinculada, cujos saldos tem finalidade específica para pagamento das parcelas dos juros de empréstimos captados junto ao BNDES, conforme estipulado no contrato, Administração de Contas e Outras Avenças firmado entre a Companhia, BNDES e o banco Itaú Unibanco. A conta reserva mantém o depósito correspondente a três vezes o valor da parcela mensal a ser paga do financiamento junto ao BNDES. Os excedentes a esses depósitos são transferidos para a conta de bancos da Companhia, de livre movimentação. Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui:

	2023	**2022**
Conta vinculada	53.904	57.368
Conta reserva	162.509	173.002
	216.413	**230.370**

5. Contas a receber de clientes e outros recebíveis: As contas a receber, emitidas junto a ENBPAR, referem-se ao valor de venda de energia gerada, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFA.

	2023	**2022**
Eletrobras	-	838.487
ENBPAR	861.005	5.556
	861.005	**844.043**

6. Impostos a recuperar

	2023	**2022**
Imposto de renda retido sobre faturamento	3.562	3.562
CSSL retido sobre faturamento	25.781	25.781
	29.343	**29.343**

7. Mútuo com partes relacionada

	2023	**2022**
		Reapresentado
Denge Engenharia e Consultoria Ltda.	4.041.153	5.187.062
	4.041.153	**5.187.062**

9. Empréstimos

	2023	**2022**
Circulante		
Empréstimo Denge	-	5.617
Financiamentos bancários	312.004	701.998
Não circulante		
Financiamentos bancários	-	224.716
	312.004	**932.331**

A Companhia obteve financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 22 de outubro de 2009, com prazo de carência de 8 meses. O financiamento será amortizado em 168 parcelas mensais e consecutivas, tendo a primeira parcela sido paga em julho de 2010, restando 6 parcelas em 31 de dezembro de 2023. A taxa de juros é de 2,05% ao ano acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos (circulante e não circulante):

	31/12/2023
Saldo em 2022	926.714
Juros Incorridos	280.082
Pagamentos de Juros	(389.993)
Pagamento de Principal	(504.799)
Saldo em 2023	**312.004**

O contrato de financiamento relativo ao projeto, contém cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme demonstrados abaixo:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	**6.72**

Não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros até 31 de dezembro de 2023. **10. Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado é de R$ 10.026.687 representado por 2.331.760 ações, sendo 1.563.627 ações ordinárias e 768.133 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e serão automaticamente convertidas em ações ordinárias, tão logo seja quitado o contrato de financiamento junto ao BNDES. Na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 05 de outubro de 2011, o acionista Denge Engenharia e Consultoria Ltda., subscreveu e integralizou o aumento de capital de R$ 243.712, proveniente do saldo do contrato de mútuo, por exigência contratual do BNDES em não permitir capital de terceiros após a liberação da última parcela do financiamento. **11. Dividendos:** De acordo com o estatuto social da Companhia é assegurado em cada exercício, dividendos aos acionistas não inferiores a 50% do lucro líquido ajustado. Conforme Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2008, a Diretoria está autorizada a deliberar pela não distribuição de dividendos e o não pagamento de juros sobre capital próprio, para atender exigência do BNDES. **12. Contingências:** De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "provisões passivas contingentes e ativos contingentes", a Companhia não possui registro contábil de contingências. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes contingências com risco de perda possível, cuja divulgação é requerida: **a) Ações cautelares movidas por Acionista da Companhia:** Os processos movidos por acionista da Companhia referem-se basicamente a pedidos de anulação das AGO´s e das AGE´s realizadas pela Companhia de 2010 a 2015. Alguns destes processos transitaram em julgado, outros se encontram em fase de recurso no Tribunal do Rio de Janeiro, tendo transitado em julgado o processo de 2011. **b) Autuação administrativa – INEA/RJ:** A Companhia foi autuada administrativamente em 22 de janeiro de 2013, sob o fundamento de que teria descumprido no dia 23/08/2011 a condicionante n.º 17 da Licença de Operação IN 000514 com a penalidade imposta de pagamento de multa no valor de R$ 54.559,38. A Companhia apresentou impugnação dentro do prazo legal, contestando o auto de infração, quanto a forma e conteúdo, requerendo, ainda, alternativamente a redução da multa aplicada por absoluta incompatibilidade com a infração indicada pelo INEA.RJ. Auto de Infração E-07/512394/2012, SUPRIDE AI/00138234. A impugnação foi julgada improcedente, o que baseou a **EXECUÇÃO FISCAL nº 0000108-42.2021.8.19.0049**, onde, apresentada pela Executada, peça de bloqueio com arguição de prescrição, foi **DEFERIDA a EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO**, tendo INEA apresentado recurso de Apelação, a decisão foi mantida. **c) Ação de consignação em pagamento em face da Diretora Financeira:** A Companhia ajuizou ação de consignação em pagamento em face da Diretora Financeira para quitar honorários referentes a agosto de 2014, que permanece em curso. **d)** A companhia propôs em face de alguns acionistas, Ação de Consignação em pagamento, visando o pagamento de lucros não recebidos pelos referidos acionistas, referentes aos anos de 2015 a 2021. **13. Seguros (Não Auditado):** Foi contratado seguro com a FairFax Brasil Seguros Corporativos nas seguintes condições:

Vigência: 22 de junho de 2023 a 22 de junho de 2024:

Coberturas, Limites e Franquias

Coberturas	**LMI**	**Franquias por Evento**
Danos Materiais, incluindo mas não se limitando: Danos da Natureza, Alagamento e Inundação, Desmoronamento, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Greves e Tumultos e Incêndio decorrente de Queimadas em Zonas Rurais	14.653.351,00	Geradores e Estruturas / Obras Civis: 15% dos prejuízos Indenizáveis com Mínimo de R$ 200.000,00 Turbinas: 15% dos prejuízos Indenizáveis com Mínimo de R$ 200.000,00 Transformadores: 20% dos prejuízos Indenizáveis com Mínimo de R$ 100.000,00 Demais Equipamentos: 15% dos prejuízos Indenizáveis com Mínimo de R$ 100.000,00
Sublimites de Danos Materiais		
Despesas de Desentulho e/ ou Remoção e Descarte de Resíduos	1.000.000,00	Conforme cobertura acionada
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	1.000.000,00	20% das despesas indenizáveis despendidas
Lucros Cessantes		
Lucros Cessantes (Lucro Bruto) Decorrentes de Danos Materiais com Período Indenitário de 12 Meses	5.843.895,00	30 dias correspondentes aos primeiros prejuízos
Adicionais		
Despesas Extraordinárias	1.000.000,00	Somar os prejuízos indenizáveis a cobertura acionada para posterior dedução da franquia
Honorário de Peritos (DM+LC)	1.000.000,00	

Prêmio de Seguro R$ 69.811

14. Receita de fornecimento de energia

Referem-se ao fornecimento de energia à Eletrobrás mensalmente durante o ano de 2023.

	2023	**2022**
Receita com fornecimento de energia elétrica	(6.712.692)	(6.169.066)
Impostos incidentes sobre vendas	245.013	225.171
	(6.467.679)	**(5.943.895)**

15. Custos

	2023	**2022**
Custos Diretos da Produção		
Serviços Técnicos de Terceiros	190.564	2.494
Serviços de operação – Energisa	584.793	681.431
Energia Elétrica	1.384	1.314
Enel – Uso da linha	195.368	133.779
Manutenção da Usina	17.862	27.266
Total dos Custos Diretos da Produção	**989.971**	**846.284**
Custos Indiretos da Produção		
Depreciação	613.978	611.702
Total Custos Diretos e Indiretos	**1.603.949**	**1.457.986**

16. Receitas e despesas financeiras

	2023	**2022**
		Reapresentado
Juros financiamento BNDES	55.365	104.860
Comissão fiança – Banco Itaú Unibanco	-	-
Taxa acionária Trustee - Banco Itaú Unibanco	67.406	63.407
Outras despesas	5.865	13.812
Despesas financeiras	**128.635**	**182.079**
Receita de Financeira	(832.588)	(752.782)
Despesas financeiras líquidas	**(703.953)**	**(570.703)**

17. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui somente os diretores, cuja remuneração paga até 31 de dezembro de 2023 totalizou R$ 301.706 (R$ 273.000 em 2022). **18. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável, conforme legislação em vigor. A Companhia apura trimestralmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social pela sistemática do lucro presumido.

	2023	**2022**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Receitas com Vendas	6.712.692	6.169.066
Receita Financeira	34.106	94.520
Base de Cálculo IRPJ 8%	571.122	588.045
Base de Cálculo CSLL 12%	805.523	834.808
Imposto de Renda (15%) e Contribuição Social (9%) = 24%	161.235	163.339
Imposto de Renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	33.112	34.805
Imposto de Renda e Contribuição Social	**194.347**	**198.144**

8. Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens que compõe a PCH, que serão devolvidos à União ao final da concessão e estão registrados ao custo de aquisição.

CUSTO	**Obras Civis**	**Máq. e Equip./Turbina**	**Barragens**	**Equip. e Instalações**	**Construção**	**Imobilizado**	**Total**
Em 1º de janeiro 2023	8.639.807,01	3.108.146,09	1.977.377,87	339.587,69	39.198,49	87.220,00	14.191.337,15
Aquisição	-	-	-	50.000,00	-	-	50.000,00
Baixa							
Em 31 de dezembro 2023	8.639.807,01	3.108.146,09	1.977.377,87	389.587,69	6.899,86	87.220,00	14.209.038,52
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA							
Em 1º janeiro de 2023	(4.809.014,17)	(1.712.866,00)	(1.101.978,89)	(329.473,41)	(3.431,53)	-	(7.956.764,00)
Depreciação Anual	(382.743,48)	(137.867,16)	(87.597,84)	(5.080,01)	(690,00)	-	(613.978,49)
Baixa							
Em 31 de dezembro 2023	(5.191.757,65)	(1.820.733,16)	(1.189.576,73)	(334.553,42)	(4.121,53)	-	(8.570.742,49)
Valor Contábil							
Em 1º de janeiro 2023	3.830.792,84	1.395.280,09	875.398,98	60.114,28	3.468,33	87.220,00	6.252.274,52
	382.743,48	137.867,16	87.597,84	5.080,01	690,00	-	613.978,49
Em 31 de dezembro 2023	3.448.049,36	1.257.412,93	787.801,14	55.034,27	2.778,33	87.220,00	5.638.296,03
	4,43%	4,44%	4,43%	1,30%	10,00%	0,00%	

(a) A taxa de depreciação foi calculada de acordo com o prazo de vigência da concessão, ou seja, 17 de dezembro de 2032. A administração da Companhia não dispõe em sua totalidade de estudo que indiquem as perspectivas de recuperação desse ativo até o prazo final de autorização através de suas operações futuras.

Davi Moura Dopico
Diretor-Presidente

José Adelino da Rocha Neto
Contador - CRC-RJ 086.203/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da empresa **TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A - Opinião:** 1. Examinamos as demonstrações contábeis da empresa **TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. 2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa **TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** 3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. 4. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a empresa auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** 5. Verificamos carta de advogado, do escritório Peres e Araújo Advogados Associados, que descreve as ações judiciais em curso, em sua maioria, com a indicação de probabilidade de perda remota ou possível, e com os valores das perdas estimadas pelo advogado, com impacto financeiro não relevante para a continuidade da empresa. Não formamos opinião sobre eventual reflexo contábil dos desdobramentos jurídicos ou de possíveis fatos subsequentes, relacionados com as ações judiciais em curso. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** 6. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 7. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. 8. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** 9. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. 10. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. 11. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive quanto a eventuais melhorias dos controles internos contábeis. Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S. - CRC - RJ N° 0202
Ernesto Patrício Giráldez - Contador CRC – RJ N° 53.076